

GD 01 - HISTÓRIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA

COORDENAÇÃO:

Marcelo Pinheiro Cigales
Doutor em Sociologia Política pela UFSC

Antonio Alberto Brunetta
Doutor em Ciências Sociais pela UNESP

Cristiano das Neves Bodart
Doutor em Sociologia pela USP

Apresentação

O GT “História do ensino de Sociologia no Brasil” objetiva dar continuidade a materialização do espaço de discussão em torno da história do ensino da Sociologia, fomentando novos avanços sobre o tema. Nesse sentido, o GD é receptivo aos estudos sobre: a) história dos conteúdos curriculares, seus métodos e teorias; b) história dos manuais escolares produzidos por intelectuais brasileiros e das traduções dos manuais estrangeiros que circulavam no Brasil no século XX; c) disputas ideológicas em torno do ensino de Sociologia; d) história das primeiras instituições escolares e docentes que ofertaram a disciplina no país; e) trajetória/biografia e pensamento de importantes docentes; f) as práticas e recursos de ensino em diferentes contextos históricos; g) história das mobilizações políticas em defesa da disciplina no ensino básico; h) história das reformas curriculares e o ensino de Sociologia e; i) história da reintrodução da Sociologia no ensino médio no Brasil e nos estados e metodologias de pesquisas para a pesquisa histórica do ensino das Ciências Sociais.

AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO VESTIBULAR DA UFU (1998 – 2007): ASPECTOS DE UM ELEMENTO INSTITUCIONALIZADOR

Gustavo Gabaldo Grama de Barros Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora

O ensino de Ciências Sociais, enquanto subcampo acadêmico de pesquisa, focaliza grande parte de seus esforços investigativos sobre a questão dos processos históricos de institucionalização da disciplina de Sociologia na educação básica (HANDFAS; MAÇAIRA, 2014). Contudo, as abordagens analíticas sobre este objeto apresentam evidentes variações históricas. Por exemplo, os primeiros estudos, situados antes de 2008, ano da reintrodução da Sociologia escolar a nível nacional, centravam-se na história da legislação (SILVA, 2010, p. 40-41). Ao passo que explorações mais recentes centram-se em experiências regionais e experimentações didáticas (BODART; CIGALES, 2017, p. 275).

Desse modo, o presente artigo, que analisa as primeiras formas de inserção das Ciências Sociais em exames de vestibular da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) entre 1998 e 2007, busca garantir renovadas perspectivas para a interpretação da trajetória destes saberes no interior da educação básica. Portanto, trata-se de aprofundar o conhecimento empírico que se tem sobre o percurso que “essas ciências percorreram nas diversas realidades estaduais Brasil afora” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2017, p. 30).

Assim, esta investigação segue os percursos de trabalhos que avaliam qualitativa e quantitativamente a presença dos conhecimentos oriundos da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política em exames de entrada no ensino superior do país. Barbosa e Martins (2015), por exemplo, analisam a representatividade destes saberes em provas de vestibular de universidades mineiras e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no período entre 2009 e 2013. Similarmente, Matioli e Fraga (2012) buscam compreender, a partir das perspectivas dos docentes da área, os desdobramentos didático-pedagógicos da presença da Sociologia nestes sistemas de ingresso.

Logo, o caso aqui investigado visa garantir novas bases empíricas para a interpretação das particularidades acerca do fenômeno de institucionalização da

Sociologia escolar no município de Uberlândia, Minas Gerais. Conforme destacado por Guimarães (2004, p. 191), a trajetória de constituição desta disciplina na cidade em questão destaca-se devido a dois processos históricos: a Sociologia foi incluída enquanto disciplina obrigatória na educação básica mineira em 1989, 19 anos antes da deliberação nacional sobre a mesma questão; e seus conteúdos foram incluídos, no ano de 1997, nos exames de admissão da referida instituição de ensino.

Por conseguinte, a conjunção destes elementos contribuiu para o desenvolvimento de condições institucionais favoráveis ao ensino de Ciências Sociais em nível básico, nesta região. Assim, diferentemente do panorama nacional, Uberlândia apresenta um corpo docente responsável pela disciplina em questão, com formação adequada de alto nível, bem como um amplo envolvimento em Programas de Pós-graduação (SILVA, 2021). Desse modo, cabe agora investigar as formas particulares que estes conhecimentos assumem nas provas de vestibular do caso delimitado.

De um ponto de vista metodológico, busca-se aqui desenvolver uma análise quantitativa e qualitativa sobre os primeiros anos da presença da Sociologia no vestibular da UFU, especificamente entre 1998 e 2007. Portanto, dado o período circunscrito, é importante indicar que os exames em questão correspondiam a processos semestrais, de modo que um ocorria no primeiro semestre e outro no segundo. Ademais, cada um deles era composto por duas fases: a primeira continha questões fechadas e a segunda perguntas abertas com uma redação. No total, foram investigadas 22 provas e suas respectivas etapas seletivas.

Por conseguinte, algumas variáveis foram elencadas enquanto significativas para a compreensão do fenômeno, entre elas estão: o número de questões, a representatividade das três áreas – Sociologia, Antropologia e Ciência Política – nas provas, os conceitos mobilizados, os autores com maior recorrência e a dinâmica das perguntas, se trata-se de uma simples aplicação de conceitos teóricos ou de uma interpretação intertextual.

Em relação à primeira variável, encontrou-se uma equivalência quantitativa tanto de um ponto de vista temporal quanto comparativo, ou seja, a Sociologia apresentou o mesmo número de questões que outras disciplinas, ao longo de todo

período analisado. Em segundo lugar notou-se uma preponderância contínua da Sociologia, em detrimento das demais áreas.

Sobre o terceiro elemento, as categorias com maior recorrência na primeira fase foram, respectivamente, capitalismo, ação social, contexto de surgimento da Sociologia, movimentos sociais, Estado e fato social, de forma que as duas últimas apresentam a mesma quantidade de reincidências. Ao passo que, na segunda fase, os conceitos de capitalismo, Estado, trabalho, condições históricas da gênese da Sociologia, cultura, indústria cultural e natureza correspondem às temáticas com maior frequência, considerando que os últimos três possuem a mesma quantidade de representação.

Adicionalmente, os autores mais acionados pelas questões fechadas são, em ordem decrescente, M. Weber, E. Durkheim, K. Marx, J. Ubaldo Ribeiro e F. Engels. Por outro lado, as perguntas abertas estabelecem diálogos mais constantes com, respectivamente, K. Marx, M. Weber, E. Durkheim, F. Engels e O. Ianni. Por fim, na fase inicial predominam perguntas de caráter conceitual, sobretudo voltadas para a definição e a comparação de categorias clássicas das Ciências Sociais, enquanto que, na segunda, exercícios interpretativos de textos sociológicos, antropológicos e políticos são hegemônicos.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Nara; MARTINS, Rogéria. A sociologia nos vestibulares: uma análise dos conteúdos da disciplina nos processos seletivos de admissão nas universidades federais do Estado de Minas Gerais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 124-152, ago./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v12n2p124/30829>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um estado da arte na pós-graduação. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 256-281, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/19500>. Acesso em: 19 ago. 2022.

FRAGA, Alexandre; MATIOLLI, Thiago. A Sociologia no vestibular: o caminho da legitimidade pelo enquadramento. In: Encontro Estadual de Ensino de Sociologia, 3, 2012, Rio de Janeiro. **Anais do 3º Encontro Estadual de Ensino de Sociologia**. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em:

<http://www.labes.fe.ufrj.br/Eventos/3ENSOC/PDF/GT4.2.2.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

GUIMARÃES, Elisabeth. Sociologia no vestibular: experiência da Universidade Federal de Uberlândia. In: CARVALHO, Lejeune (Org.). **Sociologia e ensino em debate**: experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio. Ijuí: EdUnijuí, 2004b. p. 181-190.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica. **BIB**, São Paulo, n. 74, p. 43-59, 2012. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/373>. Acesso em: 19 ago. 2022.

OLIVEIRA, Amurabi; OLIVEIRA, Evelina. Os processos de institucionalização da Sociologia na Escola Secundária (1890-1971). In: GONÇALVES, Danyelle; SILVA, Ileizi (Org.). **A Sociologia na Educação Básica**. São Paulo: Anablume, 2017. p. 17-34.

SILVA, Gustavo. **O ensino de Ciências Sociais na Educação Básica de Uberlândia-MG (2018 - 2020)**: trajetórias históricas, práticas didáticas e condições de trabalho docente. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

SILVA, Ileize. **Das fronteiras entre Ciência e educação escolar**: as configurações do ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Estado do Paraná (1970-2002). Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DEZ ANOS DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO DO RIO DE JANEIRO: 2008-2018

Gustavo Cravo de Azevedo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A partir de 2008, após o retorno da Sociologia escolar por iniciativa do Governo Federal, aconteceram significativas mudanças, como a inserção dessa disciplina em cruciais programas governamentais, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), as reformas na formação de professores (BODART; TAVARES, 2019), o aumento da produção acadêmica sobre o Ensino de Sociologia (HANDFAS; MAÇAIRA, 2014) e o surgimento da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS). Entretanto, a presença da Sociologia no ensino médio, que vinha avançando, foi tomada por incertezas trazidas pela reforma dessa etapa (Lei Federal nº 13.415/2017) e pela aprovação da terceira e última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018 (BRASIL, 2018a).

De acordo com o texto constitucional, a União, os estados e os municípios possuem responsabilidades concorrentes em relação à educação básica. No ensino médio, porém, ganha maior relevância a atuação dos governos estaduais, de modo que a operacionalização da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia deve ser cobrada prioritariamente a eles. O objetivo do texto é discutir a implantação dessa disciplina no ensino médio do Brasil, a partir da perspectiva federativa, no período de 2008 a 2018, por isso tomará como referência o estado do Rio de Janeiro, unidade da federação historicamente engajada nessa luta. O estudo de caso permite abordar o contexto federativo que envolve a relação entre o Governo Federal e o Governo Estadual, as mudanças principais na legislação pertinente, e os avanços e as incertezas no âmbito estadual, que marcam o período em curso.

Nesta breve década da obrigatoriedade, período entre 2008 e 2018, a disciplina contou com alguns documentos curriculares no estado do Rio de Janeiro, conhecidos localmente como currículo mínimo, processo que contou em sua elaboração com a presença de professores da disciplina da rede pública estadual. A Sociologia lidera nacionalmente entre as disciplinas na posição de inadequação entre quem se forma e quem leciona na mesma área. A situação em 2020 no estado do Rio de Janeiro (48,5%)

está melhor do que a média nacional (36,3%) em relação à formação específica em licenciatura em Ciências Sociais. Sem a obrigatoriedade é provável uma gradual retirada dessa disciplina e também de outras onde quer que não se encontrem minimamente preestabelecidas, ou seja, com estrutura para tal. Nesse sentido, buscamos destacar o estado precário dos profissionais de Sociologia na rede pública estadual.

Este trabalho se propõe a apresentar o avanço da Sociologia no ensino médio nesses dez anos, a partir do diálogo com os colegas pesquisadores da área. Entre 2008 e 2016 há uma profissionalização de pesquisa neste tema. Temos o PROFSOCIO, professores vinculados a programas de educação e Ciências Sociais, o ENESEB e há maior atenção do campo sociológico no entorno do ensino de Sociologia. O Grupo de Trabalho (GT) sobre a temática da SBS, por exemplo, passa a se constituir como um importante espaço de divulgação de resultados de pesquisa, desenvolvidos tanto na graduação quanto na pós-graduação. Esse período também ficou marcado pela criação de linhas e grupos de pesquisa na pós-graduação. Entre 2000 e 2013 houve a criação de 22 grupos, assim como de 11 laboratórios de ensino de Sociologia. No período de 2007 a 2017 foram publicados 24 dossiês, em 19 revistas. Eras (2020) apresenta que atualmente há cerca de 70 coletâneas produzidas sobre o ensino de Sociologia na educação básica.

Referências Bibliográficas

ANJOS, B. L. G. **Sociologia no ensino médio: Uma análise comparada de propostas curriculares**. 2016. 149 f. Dissertação (mestrado em educação) —Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

CARVALHO, Ricardo Emmanuel Ismael.; AZEVEDO, Gustavo Cravo. Federalismo brasileiro e implantação da sociologia no ensino médio: o caso do estado do Rio de Janeiro de 2009 a 2018. **Em aberto**, v. 34, n. 111, p. 43-54, maio/ago. 2021.

HANDFAS, A.; FRANÇA, T.; SOUZA, A. A trajetória de institucionalização da sociologia na educação básica do Rio de Janeiro. In: FIGUEIREDO, A.; OLIVEIRA, L.; PINTO, N. (org.). **Sociologia na sala de aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012. p. 109-125.

OLIVEIRA, A.; CIGALES, M. P. O ensino de sociologia no Brasil: um balanço dos avanços galgados entre 2008 e 2017. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, Brasil, v. 28, n. 2, p. 42-58, maio/ago. 2019.

POR QUE ENSINAR SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA?

Tatiane Oliveira de Carvalho Moura
Universidade Federal de Campina Grande

Ileizi Silva nos diz que “ter uma história, mesmo que fragmentada e intermitente, ajuda-nos a começar o debate” (SILVA, 2010, p. 15). A discussão acerca dos sentidos do Ensino das Ciências Sociais na educação brasileira pode ser compreendida justamente a partir da intermitência da disciplina na educação básica. A partir desses sentidos, o docente pode olhar qualquer um dos períodos históricos do ensino das Ciências Sociais para entender esse contexto maior, amplo, e a sociedade. Além disso, há uma retroalimentação, já que conhecer a própria história da disciplina escolar nos ajuda a estabelecer os sentidos que vamos propor para as Ciências Sociais na educação básica para além das propostas de governo. Desta forma, este texto tem como objetivo discutir a trajetória e diferentes perspectivas acerca do Ensino das Ciências Sociais na educação básica brasileira.

Pensar as trajetórias, intermitências e perspectivas a respeito do ensino de Ciências Sociais ajuda o docente a pensar porque as Ciências Sociais ou a Sociologia devem (ou não) fazer parte do currículo da educação básica. Ademais, ajuda o docente a pensar criticamente a disciplina que leciona, sem salvacionismo, e corrobora para uma continuidade nas discussões sobre o currículo da Sociologia, evitando reacender discussões passadas e observando as soluções e tomadas de posição em momentos anteriores.

Para atingir o objetivo proposto, começo com algumas perguntas geradoras e a partir delas incito a discussão.

Por que devemos estudar Sociologia? Por que ela deve ser uma disciplina da educação básica? Para quem vamos ensinar Sociologia?

Responder a essas perguntas remete diretamente aos sentidos que a Sociologia ocupou nos currículos ao longo da história. A partir desses pontos é que vamos compreender o ensino das Ciências Sociais e sua trajetória. Elaborei uma linha do tempo do ensino de Sociologia, abordando alguns períodos principais. São eles: as décadas de 1920-1930 e 1960-1980, e os anos 2000.

No Brasil, a chamada Sociologia entra pelo ensino secundário e, por conta da formação de professores, ratifica sua presença também nos meios acadêmicos.

O início do século XX, período de forte ebulição social, no qual se tem uma forte tendência migratória para as zonas urbanas, uma disputa entre elites agrárias e rurais que culmina no golpe de 1930, além da industrialização e, com isso, as novas formas de trabalho e vida (SKIDMORE, 1982).

Se até a década de 1920 a Sociologia entrava como disciplina nos cursos de Direito Criminal e até mesmo de Medicina, a partir da década de 1930, com a reforma Francisco Campos, há a obrigatoriedade do ensino de Sociologia no ensino secundário. Havia uma disputa acerca dos sentidos da educação no Brasil. De um lado, o ensino com viés religioso, propedêutico, livresco; de outro, o ensino científico, técnico. A Sociologia se encaixa justamente nessa perspectiva científica de ver o mundo. Embora, como nos mostra Cigales (2019), tenha existido concomitantemente uma Sociologia Cristã ou Católica nesse mesmo período.

A Sociologia surge como uma alternativa em um momento no qual se queria, a um só tempo, reconhecer a realidade social do país e constituir a nação; em que se formava uma nova percepção da sociedade, do conhecimento e do papel dos intelectuais. Nesse sentido, o conhecimento sociológico era a base para a transformação dessa realidade e os sociólogos seriam agentes privilegiados para a execução da obra de constituição da nação.

Segundo Meucci (2001), a disciplina sociológica, nesse processo de mudança de consciência, corporificou essas novas tendências, sobretudo o desejo de mudar o país, dar-lhe novo destino, inventar novas e antigas tradições. Para muitos, como Mário de Andrade, a Sociologia afigurou ser “a arte de salvar rapidamente o Brasil” (Apud Costa, J. C., 1968, p. 139) (MEUCCI, 2001, p. 155).

Em Pernambuco, o ensino de Sociologia começa antes mesmo que haja a obrigatoriedade no Brasil. Carneiro Leão, imbuído dos pensamentos de Dewey, e tendo como ideal o modelo norte-americano de ensino, encabeça, em 1928, uma reforma do ensino estadual. É premente para compreensão o fato de que em Pernambuco também se vivia uma disputa de poder entre elites e havia, nesse momento, a substituição dos senhores de engenho, que representavam a velha ordem, e os usineiros, uma maneira industrial de explorar o cultivo de cana. Segundo a perspectiva de Carneiro Leão, enquanto a didática prepararia tecnicamente o educador, a Sociologia permitiria transformá-lo em um artífice da

sociedade. A rigor, Carneiro Leão, entendia que, por meio da Sociologia, a escola se realizaria efetivamente como instituição influente “na elaboração do Estado e da sociedade” (LEÃO, 1959). Nesse sentido, a nova disciplina deveria permitir, sobretudo, o reconhecimento do que ele chama de “necessidades sociais do tempo e do meio”. Os problemas relativos à família, à pobreza, ao crime e à imigração deveriam constituir os temas sociológicos a serem investigados pelos próprios alunos através de inquéritos sociais. O objetivo era ensiná-los a ver, a observar e disso tirar experiência. É, afinal, na escola que, no entender de Carneiro Leão, se deveria, a um só tempo, conhecer o meio social, reagir sobre ele, conduzi-lo e orientá-lo.

Nesse cenário, Gilberto Freyre teve especial destaque, visto que ele tinha se graduado e feito Ciências Sociais nos Estados Unidos, e lecionava a disciplina de Sociologia na escola Normal de Pernambuco. Freyre incitava seus alunos a terem uma visão curiosa a partir da Sociologia.

Retirada da Sociologia da educação básica

A Reforma Capanema, em 1942, retira a obrigatoriedade da Sociologia dos cursos secundários, com exceção do curso normal. Embora no período seguinte, de 1942 a 1964, registremos uma inflexão da Sociologia nas escolas secundárias, os espaços de pesquisa e ensino nas Universidades e nos centros de investigação que foram criados e patrocinados pelos governos estaduais e federal, e por agências internacionais continuaram sendo ampliados.

Nos governos militares rompe-se com o eixo do ensino baseado nas disciplinas tradicionais das Ciências Humanas e Ciências Naturais. As Ciências Sociais foram ideologizadas. A Educação Moral e Cívica e, posteriormente, a Organização Social e Política do Brasil (OSPB) substituiu o que poderia ser o ensino de Filosofia e de Sociologia, jogando fora, séculos de reflexões, no caso da Filosofia e, pelo menos, cento e cinquenta anos de Sociologia e Antropologia. A educação pública é voltada para o trabalho e não tem mais a preocupação humanística, já não forma mais a elite. Por outro lado, a ciência Sociologia, enquanto campo de pesquisa, é fortalecida com a criação e a expansão da pós-graduação.

Em 1971, com a Lei nº 5.692, de agosto, a Reforma Jarbas Passarinho torna obrigatória a profissionalização no ensino médio. A Sociologia deixa também de constar como disciplina obrigatória do curso normal. Ou seja, em um ensino voltado somente para a preparação para o trabalho não caberia a reflexão crítica, portanto nesses quadros a Sociologia não entraria. Ademais, a educação pública é pensada para a classe trabalhadora, o que extingue a necessidade do ensino humanístico.

Já em 1982, a Lei nº 7.044, de 18 de outubro torna optativa para escolas a profissionalização no ensino médio. No final da década de 1980, com a redemocratização do país, aliada à ausência de obrigatoriedade de profissionalização do ensino médio, a Sociologia começa a entrar nos currículos de alguns estados.

Com a Nova Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro, os conhecimentos de Sociologia e Filosofia são considerados fundamentais no exercício da cidadania. Apesar disso, a Sociologia e a Filosofia ainda não são disciplinas obrigatórias, pois considerava-se que ambas podiam ser abordadas de forma interseccional. Nesse período, podemos perceber como a Sociologia nem sempre vai ocupar os bancos escolares em tempos democráticos.

No dia 7 de julho de 2006, a Câmara de Educação Básica aprovou por unanimidade o *Parecer 38/2007* que alterou as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, tornando a Filosofia e a Sociologia disciplinas obrigatórias. A Sociologia entra ao lado da Filosofia para desempenhar o papel de disciplina crítica, que tem por objetivo a formação cidadã. O aspecto científico volta a ser colocado para o ensino médio, no entanto a formação para o trabalho ainda não desaparece.

A partir de 2017, começou-se a discutir uma reforma no ensino médio. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tornaria obrigatórias somente Língua Portuguesa e Matemática, enquanto disciplinas. As demais disciplinas ficariam divididas por áreas de competência. A partir da discussão já feita sobre a intermitência da Sociologia na educação básica, nos faz necessária uma reflexão a partir das perguntas geradoras para pensarmos o contexto atual.

Referências Bibliográficas

CIGALES, M. **A Sociologia Católica no Brasil (1920-1940): análise sobre os manuais escolares.** 2019. 313 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

LEAO, A. C. **A missão dos educadores na formação da juventude de nossa época.** Aula inaugural na reitoria da univ. do rio. Reimpressão de “Educação”, 1 e 4 trimestre de 1959.

MEUCCI, S. Os primeiros manuais didáticos de Sociologia no Brasil. **Revista Estudos de Sociologia**, São Paulo, v.6, n.10, 2001.

SILVA, I. L. F. O Ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, A. C. (org.). **Coleção Explorando o Ensino de Sociologia.** Brasília: MEC, 2010, p. 15-44.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÕES SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA

Iolanda Barbosa da Silva
Universidade Estadual da Paraíba

Kiuwre Freitas Silva
Universidade Estadual da Paraíba

O texto emerge de inquietações surgidas na nossa formação inicial, na licenciatura em Sociologia (UEPB), destacando-se o componente “Metodologia, Conteúdo e Ensino” que, em sua ementa, propõe a discussão sobre o ensino de Sociologia e seu processo histórico; como também, oportuniza uma compreensão sobre a transposição didática do ensino a partir das reformas educacionais como campo de investigação sociológico. Em ciclos de debates em sala de aula com Bodart e Cigales (2021), Fernandes (1955), Caridá (2014), Lima e Lopes (2021) tivemos a possibilidade de ampliar o olhar crítico sobre o subcampo de investigação do ensino de Sociologia e sua articulação com as reformas educacionais que ocorreram no Brasil. Têm-se desenvolvido muitos estudos no subcampo de investigação do ensino de Sociologia, principalmente sobre o processo histórico de implementação da disciplina no ensino secundário (atual ensino médio) e sua intermitência. No entanto, não há uma correlação dessas “idas e vindas” no currículo escolar a partir das reformas educacionais e das propostas pedagógicas implementadas em cada época, que considerem a transposição didática como uma ação política do ensino e da aprendizagem no processo de formação dos estudantes.

De acordo com Bodart e Cigales (2021), uma das preocupações que emergem sobre esse subcampo de investigação é a de que as produções acadêmicas no campo da história do ensino de Sociologia no Brasil procuram evidenciar características mais objetivas, como “o primeiro de”, sempre buscando apresentar as instituições, os sujeitos, os manuais e outras fontes que contracenam no cenário da disciplina. Para eles, as pesquisas que se evidenciam sobre o ensino de Sociologia possuem um “determinismo” geográfico, pois algumas das pesquisas realizadas tem centralidade no sul e no sudeste do país, fazendo com que experiências ocorridas em outras regiões sejam desconsideradas, como eles observaram no estado do Amazonas, localizado no norte do país, no final do século XIX, que tem a oferta do

ensino de Sociologia no ensino ginásial, secundário e normal, como sendo, uma das primeiras experiências de introdução da Sociologia no ensino básico.

A investigação dessas experiências são fundamentais para que os estudos sobre o ensino de Sociologia se consolidem cada vez mais, ambientando um espaço de pesquisa mais amplo e com outras abordagens sobre o objeto sociológico – ensino de Sociologia. Contudo, naquele momento específico, a Sociologia aparecia ancorada a outras disciplinas de caráter moral e conservador, pois naquele contexto histórico a Sociologia emergia como uma ciência nova que possibilitaria um conhecimento letrado específico.

A disciplina, nesse momento, faz parte de um conjunto de saberes formados a partir de uma concepção curricular ordenada por uma formação moral de valores de pequenos burgueses dos sujeitos-estudantes pertencentes à elite local. Nesse sentido, a Sociologia possibilitaria um olhar mais aguçado sobre as questões sociais para permitir o controle e a conservação de um moral vigente, que garantiria a estabilidade social (DURKHEIM, 2021) dessa elite ao acessar o saber letrado na instituição escolar, em uma perspectiva que se assemelha à ideia de educação de Durkheim.

No Amazonas, a Sociologia não era uma disciplina específica como nos moldes que passou a ter em outras reformas educacionais, tendo em vista que ela está associada a outras formas de saberes, como “moral”, “economia e direito”, o que constata a influência francesa positivista (BODART; CIGALES, 2021) na estrutura do ensino básico no Brasil.

Para Durkheim (2021), a educação seria a ação na qual as gerações mais velhas exerceriam sobre as mais novas, e que esta, substituiria o ser egoísta do indivíduo por um ser capaz de viver a vida social. Esse era o molde da Sociologia “primária” positivista no Brasil, tendo em vista que ela era específica para um grupo que tinha acesso à educação, e que essa possibilitaria a uma elite em ascensão, um conhecimento letrado para a operacionalização da Sociologia como uma engenharia social, que teria por função um controle dos conflitos sociais (CARIDÁ, 2014).

Posto isso, a partir de uma pesquisa e da análise bibliográfica identificamos que a Sociologia, tanto na experiência estudada no estado do Amazonas no final do

século XIX por Bodart e Cigales (2021), e do estudo sobre o processo histórico e os aspectos políticos ideológicos do currículo por Caridá (2014), em sua dissertação de mestrado, se constitui como um capital cultural restrito (BOURDIEU, 1979) a um grupo pequeno que possuía acesso à educação. Segundo Bourdieu (op.cit), o capital cultural possui três estados, que são eles: o estado incorporado; o estado objetivado e, por último, o estado institucionalizado. Para analisarmos a Sociologia como um capital cultural restrito nessas experiências supracitadas, entendemos que a Sociologia no estado do Amazonas no final do século XIX, possuía dois dos três estados do capital cultural.

O capital cultural incorporado apresenta-se no estado do Amazonas na forma de como as elites locais intervêm para que o governo daquela região insira no currículo local a disciplina, por ser uma ciência em efervescência naquela época histórica, por aqueles indivíduos já possuírem um conhecimento que discernia a importância de se estudar a disciplina que emergia como uma nova ciência, demonstrando o estado incorporado de apreciação daquele bem cultural e simbólico. O outro estado do capital cultural que levantamos é o institucionalizado, que aparece na forma de implementação no currículo e, posteriormente, no histórico escolar daqueles indivíduos, legitimando mais um conhecimento de leitura da ordem social. A leitura que fazemos sobre o documento curricular que estabelecia, para o acesso à Sociologia enquanto saber específico, em sua estrutura conceitual, um perfil de sujeito estudante notadamente de elite no seu processo de introdução ao ensino básico, no final do século XIX. Isso pode ter marcado as reformas educacionais subsequentes, do século XX, e diante do contexto político e das tensões próprias de cada reforma, a oferta da Sociologia tenha se tornado um instrumento político das pedagogias em disputa: tradicional, escola nova e neoescolanovista, que estiveram a serviço de concepções de ensino conservadoras e em determinadas conjunturas libertárias.

No contexto contemporâneo das reformas pós-processo de redemocratização que traz para o ensino de Sociologia um perfil formador de cidadania, a obrigatoriedade a partir da Lei nº 11.684/2008 e do novo ensino médio (2017) supomos que apesar de todas as reformas educacionais, desde a experiência do

Amazonas no final do século XIX, o ensino de Sociologia tem sido influenciado em sua transposição didática na prática escolar por concepções pedagógicas conservadoras que impactam na formação docente e isso aparece nos depoimentos dos alunos que destacam o desconforto ao estudarem a disciplina, por ela possuir uma complexidade maior diferente de outras disciplinas postas no currículo. De fato, o capital cultural prévio pode influenciar na apreciação da disciplina por parte dos alunos da educação básica que ainda a possuem em seu currículo escolar.

Referências Bibliográficas

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. O ensino de sociologia no século XIX: experiências no estado do Amazonas, 1890-1900. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.28, n.1, jan.-mar. 2021, p. 123-145.

BOURDIEU, Pierri. Les trois états du capital culturel. In: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria A. **Escritos de Educação**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

CARIDÁ, Ana Carolina Bordini Brado. Sociologia no ensino médio: diretrizes curriculares e trabalho docente. 2014. 145 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

PROCESSO DE (DES)LEGITIMAÇÃO DA SOCIOLOGIA ENQUANTO DISCIPLINA

Ingrid Oliveira da Cruz Moura
Universidade Estadual da Paraíba

Iolanda Barbosa da Silva
Universidade Estadual da Paraíba

Com a nova reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) houve uma alteração nas diretrizes curriculares vigentes, as quais organizavam os saberes em um núcleo comum. O ensino agora está baseado em competências e habilidades, definidas pela BNCC (2018). E de que forma isso influencia no processo de deslegitimação da Sociologia enquanto disciplina? Esta ciência passou por um processo árduo de legitimação até chegar à Lei nº 11.684/2008, na qual o ensino de Sociologia e Filosofia se tornaram obrigatórios na educação básica, alterando a LDB (Lei nº 9394/96). Anterior a isso, várias reformas de inserção e retirada da Sociologia dos currículos escolares aconteceram. Quando se concentram os saberes em área, a Sociologia perde o seu status de disciplina carecendo de um conteúdo próprio, deslegitimando o seu saber específico e o seu status político enquanto disciplina, se tornando um conhecimento muito genérico, gerando um retrocesso na ocupação do espaço formativo que a Sociologia conquistou nos currículos escolares brasileiros. Como metodologia para fundamentar este trabalho, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, com o objetivo de compreender a trajetória feita pela Sociologia desde que foi inserida pela primeira vez, enquanto disciplina, nos currículos escolares até os dias atuais, com a reforma do novo Ensino Médio, em que ela perde seu caráter disciplinar.

Fundamentação teórica

Para Florestan Fernandes (1955), o ensino de Sociologia no ensino secundário (ensino médio), permite o movimento do saber crítico, pois estabelece um conjunto de noções básicas e operativas capazes de dar ao aluno uma visão não estática e nem dramática da vida social, mas ensina técnicas e atitudes mentais

que promovem a reflexão. É o processo de racionalização do comportamento humano, que segundo Florestan (1955, p. 95) “O ensino secundário é formativo por excelência; ele não deve visar a acumulação enciclopédica de conhecimentos, mas a formação do espírito dos que os recebam”. Dessa forma, o ensino médio não pode ser apenas um depósito de conteúdo, tem que fazer sentido para aqueles que estão no processo de aprendizagem. É preciso uma justificativa concreta, inclusive para a permanência da Sociologia no currículo, no seu escopo de disciplina.

Na visão de Florestan (1955), o ensino secundário ocupa uma posição estática apenas para manter a conservação da ordem social e a inclusão da Sociologia no ensino médio, que poderia contribuir para o país em formação, no que tange aos assuntos relacionados à economia, aos políticos, administrativos e sociais para ampliar os seus horizontes interpretativos. Por meio de um interesse prático específico, isso tudo é baseado em técnicas racionais proporcionadas pela inserção das Ciências Sociais no currículo escolar.

A Sociologia enquanto disciplina no Brasil é um assunto antigo, tendo em vista que segundo Bodart e Cigales (2018) há no Diário Oficial do Estado do Amazonas, datado no ano de 1890, a disciplina Sociologia e Moral, que até 1900 era presente nas escolas normais do estado, mesmo com a nomenclatura diferente. E um problema indicado pelos mesmos autores acima é que no período de 1890, a maioria dos professores que ensinavam Sociologia e Moral tinha formação de bacharel em Direito, dessa forma a disciplina não era específica e sempre ficava associada a outras disciplinas. E o mesmo risco ocorre atualmente com a construção da Base Comum Curricular - BNCC, que alterou a LDB nº 9.3994/1996; concentrando os saberes por área. De modo transversal, a Sociologia pode ser ensinada por outros professores das humanidades, perdendo suas especificidades enquanto campo de saber. Assim sendo, ela pode perder seu espaço político no currículo garantido pela sua especificidade enquanto saber concreto, vívido e contextual das relações sociais, construída ao longo de décadas/anos; quando consegue em 2008 se tornar obrigatória nas escolas. Ainda neste mesmo ano há a elaboração de uma nova matriz curricular feita pela Escola Aprendiz (LOPES e LIMA 2021) definiu os conteúdos a partir de cada disciplina com base nos Parâmetros Nacionais Curriculares do Ensino Médio. Segundo (LOPES e LIMA

2021) desde 1971 já se pensava em um currículo comum, porém na década de 1990, através da LDB, promoveu-se um currículo para todas as redes de ensino; um modelo federativo descentralizado.

Entre o século XX e o século XXI, a Sociologia ganhou e perdeu o seu lugar no currículo com um conteúdo próprio. Segundo Caridá (2014), entre 1891 e 1941 tem-se a institucionalização da disciplina no ensino secundário; de 1942 a 1981 tem-se a ausência da Sociologia como disciplina obrigatória; e de 1982 a 2001, a reinserção da Sociologia de forma gradativa nos currículos.

Essa inconstância de ora permanência, ora retirada da Sociologia nos currículos enquanto disciplina deslegitima este componente, pois aos poucos ela vai perdendo a sua identidade, influenciando para uma desvalorização desta área, que tanto contribui para a sociedade por possuir um objeto próprio de estudo e na formação dos jovens no ensino médio.

Referências Bibliográficas

BODART, Cristiano das Neves. CIGALES, Marcelo Pinheiro. O ensino de Sociologia no século XIX: experiências no estado do Amazonas, 1890-1900. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.28, n.1, jan.-mar. 2021, p.123-145. Acesso em: 29 ago. 2022.

CARIDÁ, Ana Carolina Bordini Brabo. **Sociologia no ensino médio: diretrizes curriculares e trabalho docente**. 2014. Dissertação (mestrado). Pós-graduação em Sociologia Política. Universidade Estadual de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2014. Acesso em: 05 set.2022

FERNANDES, Florestan. **O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955. Acesso em: 12 out. 2022.

LOPES, Francisco; LIMA, Alexandre. **Diretrizes curriculares estaduais no cenário pós-bncc: o lugar dado aos conteúdos de sociologia no ensino médio**. 2021. 20º Congresso Brasileiro de Sociologia Belém-PA 12 a 17 de Julho de 2021. Acesso em 04 out.2022.

REFORMA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Samuel Prates de Sousa e Silva
Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia

Milene Meyre da Silva
Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia

A trajetória histórica do desenvolvimento e da institucionalização da Sociologia no Brasil é notadamente marcada por processos de disputas políticas e ideológicas, expressas nas distintas concepções ou nos sentidos da disciplina conectados aos determinados momentos históricos e regimes políticos brasileiros. Em se tratando da presença da Sociologia na Educação Básica e, mais especificamente, no ensino médio, tais movimentos – ora de continuidade, ora de ruptura - são expressos na ausência ou na presença da disciplina na grade curricular obrigatória. Como aponta Cigales (2014), desde o final do século XIX, o debate acerca da institucionalização da Sociologia – e sua relevância no ensino e para a sociedade - está presente no país, e ao longo do tempo tem gerado diversas concepções acerca da importância dos temas comuns às Ciências Sociais dentro do ambiente escolar, evidenciadas nas inúmeras reformas educacionais consolidadas no país. Acerca do processo histórico pode-se afirmar que:

[...] a história da Sociologia na educação básica, conforme sintetizada por Santos (2002), pode ser dividida em três períodos: período de institucionalização da disciplina (de 1891 a 1941); período de ausência como disciplina obrigatória (de 1941 a 1981) e período de reinserção gradativa (de 1982 a 2001). Este processo é marcado pela sua intermitência, ora incluída, ora excluída, e pela fragilidade de sua permanência (DE FREITAS, FRANÇA, 2016, p. 47).

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo analisar, a partir de uma análise crítica, de que maneira o ensino de Sociologia no Brasil pode ser afetado pela Reforma Curricular da BNCC, estabelecida por meio da Lei nº 13.415/2017. Como indica Moraes (2011), uma série de reformas educacionais foi instituída ao longo da história brasileira, ora preconizando a obrigatoriedade do ensino de Sociologia no nível básico, ora instituindo a irrelevância da disciplina. Como fundamental marco histórico, o autor chama a atenção para a Lei nº 11.684/2008, que torna obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia ao longo de todo o ensino

médio. Pouco menos de uma década depois – e, obviamente, após uma drástica mudança governamental – surge, então, a recente Reforma da BNCC, que atua como força contrária à consolidação da Sociologia no Brasil, na medida em que retira a obrigatoriedade do ensino de Sociologia no ensino médio.

A orientação teórica do presente trabalho repousa no modelo da chamada “teoria crítica”, proposta por pensadores da Escola de Frankfurt, em especial, Adorno e Horkheimer. Tais autores (ADORNO; HORKHEIMER, 1947) propõem a emancipação dos seres humanos enquanto fim último do pensamento crítico-social, passível de ser alcançada por meio da desconstrução (ou destruição) do “mito do esclarecimento”, expresso pela preponderância de uma alta racionalização e tecnicismo humanos em concomitância ao abandono da razão emancipatória e crítica, o que põe em perigo a própria autonomia – além das condições para o alcance da liberdade e da igualdade – dos indivíduos (dominados pela razão instrumental).

Partindo de tal referencial teórico, o trabalho objetiva a realização de um levantamento bibliográfico que possa esclarecer os movimentos de continuidade e ruptura observados ao longo da história do ensino da Sociologia no Brasil, atentando para as motivações políticas e ideológicas que fomentaram a presença (ou ausência) da disciplina nos currículos da educação básica. Além disso, faz-se necessária a análise documental dos projetos e das leis que versam sobre a institucionalização da Sociologia no âmbito da educação básica, nos diferentes momentos históricos, de modo a evidenciar as reformas passadas e os seus impactos no cenário atual.

Para tanto, visa discorrer acerca dos efeitos provocados por tal mudança no tocante à Sociologia, que implicam diretamente na aprendizagem dos alunos dos últimos anos na escolaridade básica brasileira. Como aponta Lopes (2021), as regulamentações da BNCC:

[...] restringem o acesso a saberes considerados importantes para a formação humana e a consciência crítica, como a Sociologia e as demais Ciências Humanas e Sociais, como também altera o sentido dado ao ato de educar no ensino médio para uma pedagogia de aplicabilidade imediata, que prepara os estudantes para ocuparem postos no mercado de trabalho (LOPES, 2021, p. 273)

Dessa forma, ao preconizar uma “pedagogia das competências”, notadamente instrumental, em detrimento da construção de um saber crítico – que possibilita a desnaturalização dos processos e das relações sociais –, a Reforma da BNCC pode ser percebida como um obstáculo à emancipação social humana preconizada pela “teoria crítica”, nos termos utilizados por Nobre (2004). Em face disso, as desigualdades educacionais em todo país devem ser ainda mais agravadas a partir do “Novo Ensino Médio”, partindo-se do pressuposto de que o conhecimento sociológico é imprescindível para a formação de um indivíduo crítico, consciente e ativo nas questões sociais de transformação da realidade.⁴

Dessa forma, após um breve contato com a literatura especializada é possível perceber que os prognósticos para o ensino da Sociologia no Brasil não são satisfatórios, uma vez que, novamente, o processo de continuidade da disciplina (enquanto componente obrigatório) no ensino médio foi interrompido, a partir da recente reforma. Nesse sentido, é possível perceber que as constantes disputas acerca dos sentidos da Sociologia, bem como da sua relevância para a formação do estudante médio, atingiram mais um importante marco histórico, que promove a ruptura do processo de consolidação da disciplina no país. Ademais, a insatisfação com a Reforma da BNCC pode ser exemplificada também pelas próprias concepções de professores de Sociologia, como aponta o estudo de Oliveira, Binsfeld e Trindade (2018), efetivado a partir de entrevistas com membros do corpo docente, a nível do ensino médio.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodoro W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Fragmentos filosóficos, 1947.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. O Ensino da Sociologia no Brasil: Perspectiva de análise a partir da História das Disciplinas Escolares. **Revista café com sociologia**, v. 3, n. 1, p. 49-67, 2014.

DE FREITAS, Maria Cristina Leal; FRANÇA, Carlos Eduardo. História da sociologia e de sua inserção no ensino médio. **MovimentAção**, v. 3, n. 5, p. 39-55, 2016.

⁴ O trabalho de Silva (2021) segue a mesma orientação crítica, ao evidenciar a falta de compromisso da Reforma da BNCC com o conhecimento emancipatório, em prol do utilitarismo das competências.

LOPES, Francisco Willams Ribeiro. (Des) continuidades na política de um currículo nacional: a Sociologia nos arranjos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil. **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 52, n. 1, p. 245-282, 2021.

MORAES, Amaury. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cadernos Cedes**, v. 31, p. 359-382, 2011.

NOBRE, Marcos. A teoria crítica. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2004.

OLIVEIRA, Amurabi; BINSFELD, Willian; TRINDADE, Tayná. A Reforma do Ensino Médio e suas Consequências: O que pensam os professores de sociologia. **Revista Espaço do Currículo**, v. 11, n. 2, p. 249-259, 2018.

SILVA, Josefa Alexandrina. Os desafios para o ensino de Sociologia na Educação Básica a partir da BNCC. **Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia**, n. 27, p. 45-57, 202